

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

Arnaldo José Zangelmi¹

Resumo: O objetivo desse trabalho foi conhecer o processo de ocupações de terra no Nordeste de Minas Gerais, especialmente entre os anos de 1985 e 1997, identificando os principais atores, suas participações, perspectivas e estratégias, assim como as ações de mediação, representação e interação institucional. Com base em recursos metodológicos da História Oral e da micro-história, pudemos perceber como as mobilizações emergiram pela aliança entre militantes do MST provenientes do Sul do Brasil, sindicatos e religiosos que atuavam na região. As mobilizações sofreram abalos, principalmente por divergências quanto à intensidade dos enfrentamentos e pela atuação de grupos contrários às mobilizações. Percebemos como essas mobilizações foram revigoradas na década de 1990, diante de transformações nas significações dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Ocupações; Minas Gerais; redemocratização.

CONVERGENCES, DIVERGENCES AND CLASHES IN THE STRUGGLE FOR LAND: THE PROCESS OF OCCUPATIONS IN THE NORTHEAST OF MINAS GERAIS (1985-1997)

Abstract: The aim of this study was to understand the process of land occupations in the Northeast of Minas Gerais, especially between the years 1985 and 1997, identifying key actors, their interests, perspectives and strategies, as well as mediation actions, representation and institutional interaction. Based on methodological features of oral history and micro-history, we point out how mobilizations emerged from the alliance between MST activists from southern Brazil, trade unions and clergymen who worked in the region. The mobilizations faced some problems due to some differences in the intensity of the fighting and the activities of groups opposed to the mobilizations. We conclude that these mobilizations were reinvigorated in the 1990s due to changes in the meanings of rural workers.

Keywords: Occupations; Minas Gerais; re-democratization process.

* Esse artigo é, em grande medida, resultado da pesquisa de doutorado defendida em 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob orientação da professora Leonilde Medeiros, a quem agradeço pelo estímulo e dedicação à pesquisa.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ. Professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

As ações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) obtiveram significativa repercussão nacional e internacional, especialmente na década de 1990, o que chamou atenção de estudiosos de várias áreas. No entanto, foram realizados poucos estudos históricos aprofundados sobre seus processos concretos de mobilização, principalmente em regiões cujos conflitos não tiveram grande destaque. Contamos com raros estudos sobre os processos de ocupação de terra em Minas Gerais, havendo apenas algumas análises sobre a realidade social, política, econômica etc. de assentamentos, não lançando um olhar mais amplo sobre as mobilizações desses atores ao longo do tempo.

Diante dessa lacuna, o objetivo desse trabalho foi explicitar o processo de ocupações de terra vivido no Nordeste de Minas Gerais, região composta pelos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, especialmente entre 1985 e 1997. O ano de 1985 se refere à inserção mais evidente de militantes do MST nas ações de luta pela terra na região. Esses atores, ao buscarem trazer nesse momento suas experiências do sul do Brasil, introduziram elementos para o desenvolvimento de formas de enfrentamento até então pouco comuns em Minas Gerais, o que convergiu para a formação de massivas e intensas mobilizações. Essas ações foram se tornando mais frequentes em outras regiões de Minas Gerais, como o Norte e Triângulo Mineiro, mudança espacial que se deu principalmente em meados da década de 1990.

A maior parte das famílias de trabalhadores rurais mobilizadas inicialmente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri foi assentada em meados da década de 1990, no Vale do Rio Doce, desfecho que também demonstra o fechamento de um mesmo fluxo de mobilizações. Por sua vez, as principais lideranças, formadas no início desse processo, foram assentadas nesse período e região, muitas delas se afastando das ações mais intensas de luta pela terra. Assim, as mobilizações ocorridas entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990 representam um processo específico, no qual as ocupações estiveram centradas no Nordeste Mineiro, com um mesmo perfil de lideranças e trabalhadores rurais mobilizados.

A ocupação e assentamento, em 1997, na Fazenda do Ministério (Governador Valadares), hoje denominada Assentamento Oziel Alves Pereira, é a principal referência nesse sentido, pois marca o desfecho tanto das primeiras mobilizações do MST no Nordeste de Minas Gerais quanto de um longo processo de enfrentamento no estado, sendo que a Fazenda foi objeto de um conflito emblemático no início da década de 1960.

A pesquisa aqui apresentada teve como bases metodológicas a História Oral (AMADO; FERREIRA, 2002) e alguns procedimentos da micro-história, como a redução da escala de observação, análise densa das fontes e investigação indutiva sobre os *sinais* (GINSBURG, 1989) deixados pelos atores em suas teias de relações. Assim, buscamos reconstruir os processos *ao rés do chão* (REVEL, 2000) na procura por informações imprevistas, especificidades e compreensão sobre as estratégias dos atores envolvidos (LEVI, 1992).

Foram realizadas 32 entrevistas com integrantes dos vários movimentos, organizações e comunidades rurais que participaram do processo em questão, principalmente do MST, assentamentos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos e partidos políticos. Foi fundamental também a análise de material escrito, como jornais, revistas, livros, cartilhas, relatórios, ofícios, boletins, investigações, cartas e etc. Destacaram-se as consultas às edições do *Jornal Sem Terra*, de sua criação até o ano de 1997, e do *Jornal Estado de Minas*, entre os anos de 1985 a 1997². Foram consultadas também as documentações da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), do Arquivo Público Mineiro (especificamente do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Através dessa investigação acreditamos ser possível um conhecimento mais denso sobre o fluxo de ocupações, em suas diversas *figurações* (ELIAS; SCOTSON, 2000), identificando os principais atores envolvidos, suas participações, perspectivas e estratégias, assim como as ações de *mediação* (NEVES, 2008), formas de representação (BOURDIEU, 1989) e interação entre as mobilizações locais e o campo político-institucional (COHEN; ARATO, 2000).

Ascensão, repressão e revitalização da luta pela terra

Com avanço de grandes projetos agropecuários no meio rural, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, acentuou-se fortemente a concentração de terras em várias regiões

² O *Jornal Sem-Terra* está disponível no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e as edições do *Estado de Minas* encontram-se na Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e na Gerência de documentação do *Jornal Estado de Minas*, na cidade de Belo Horizonte.

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

do Brasil. Assim, diante das alianças entre poder público e iniciativa privada, foram multiplicadas as ações de grilagens e expulsão de trabalhadores rurais das terras em que viviam e trabalhavam por décadas, desencadeando uma série de conflitos.

Até meados do século XX os conflitos pela terra no Brasil tinham caráter disperso. Sua unidade e visibilidade se deram a partir dos movimentos emergentes na década de 1950 e início de 1960, em torno da bandeira pela reforma agrária e do processo de sindicalização. Grupos como o Partido Comunista, Ligas Camponesas e segmentos progressistas da Igreja Católica tiveram papel fundamental no questionamento da estrutura fundiária e das condições de vida no campo, impulsionando a produção de novos sentidos e projetos políticos mais amplos. Destaca-se a constituição da identidade de *camponês*, em oposição à identidade de *latifundiário*, que conferiu unidade e abrangência política para as mobilizações dos trabalhadores rurais nesse contexto (NOVAES, 1997).

Na década de 1950 e início de 1960, setores de esquerda vinham “traduzindo carências e demandas dispersas nos termos de processos sociais mais amplos (‘revolução’, ‘reforma agrária’, ‘direitos’), tirando, assim, os conflitos da esfera local e articulando-os ao debate sobre os destinos da nação” (MEDEIROS, 2007: 230). Assim, através de denúncias de violências e despejos, passeatas, greves, divulgação de resistências etc., esses atores chegaram à cena pública, dando maior visibilidade aos conflitos, quebrando o isolamento e situando o Estado como interlocutor (MEDEIROS, 2007).

Nesse momento também são intensificadas as ocupações de terra, porém com contornos diferentes dos conflitos mais atuais. Na maior parte dos casos eram resistências e reocupações de terra, de posseiros, foreiros, arrendatários etc., com base no direito pelo uso ao longo do tempo (NOVAES, 1997; GRZYNSZPAN, 1987). Nesse período, ocorreram também algumas ocupações em terras com as quais os trabalhadores não tinham um vínculo prévio³, indicando a gestação das novas estratégias que se difundiram duas décadas depois.

Em Minas Gerais, desde a década de 1950, o movimento sindical vinha se fortalecendo e ampliando gradativamente, mesmo sem reconhecimento legal (MARTINS,

³ Sigaud, Rosa e Macedo (2008) realizaram uma comparação entre as ocupações de terra no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, no início dos anos de 1960, e as ocupações em Pernambuco na década de 1980, apontando a existência de uma mesma linguagem, pois “ocupar para forçar a distribuição de terras era, naqueles idos anos 1960, uma ideia que se esboçava no horizonte dos possíveis” (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008: 120-121). Apesar de não atingirem o volume e a amplitude das mobilizações desencadeadas na década de 1980, essas ocupações conquistaram o reconhecimento do Estado.

1981). O PCB e grupos ligados à Igreja Católica tiveram destaque nessas ações, principalmente nos vales do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri, dada a influência do Partido Comunista na região de Governador Valadares e da Ação Católica⁴ nas dioceses de Araçuaí e Teófilo Otoni (BORGES, 1988; SOUZA, 1993; ZANGELMI, 2014).

No início da década de 1960, parte dessas mobilizações caminhou no sentido da realização de ocupações de terras nessas regiões, o que intensificou a reação conservadora que, em certa medida, influenciou no desencadeamento do golpe civil-militar de 1964. Segundo Starling (1986: 46), o temor em relação às reformas do Governo Goulart e à crescente organização popular levou facções da classe dominante a reagirem ao que consideravam ser uma “tendência esquerdista da vida política brasileira”. Assim, foi marcante nesse período uma forte onda de violência contra os trabalhadores rurais mobilizados, principalmente perseguindo suas lideranças.

Com o Golpe de 64, diante da forte repressão, o movimento sindical passou por intensa retração, assim como houve grande concentração fundiária e degradação das condições de vida e trabalho. As mobilizações se tornaram mais dispersas, diante dos fortes riscos e perseguições. O Estado passou a investir na despolitização dos sindicatos, que, em muitos casos, ganharam contornos “assistencialistas” (FERREIRA NETO; DOULA, 2003: 17; FERREIRA NETO, 1999: 222; SGRECIA; GADELHA, 1987: 52).

No entanto, alguns indícios levam a crer que essas lutas não foram paralisadas, como pudemos ver na documentação do DOPS/MG, na qual encontramos sinais da atuação da Ação Popular (AP)⁵ em conflitos pela terra na região de Varzelândia, Norte de Minas Gerais, na década de 1960. Nesses contextos, militantes da AP, com forte influência maoísta, buscaram se integrar aos trabalhadores rurais na resistência às tentativas de expulsão, ações significativas cujo conhecimento ainda depende de estudos históricos mais aprofundados.

⁴ A Ação Católica foi um movimento no interior de Igreja Católica - desenvolvido a partir das primeiras décadas do século XX, inicialmente na Europa, ramificando-se na América Latina - que visava congregar leigos, aproximando essas pessoas da estrutura organizacional e atividades da Igreja. Esses grupos eram divididos em setores - como Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) - considerados instâncias preparatórias para a inserção na Ação Católica Geral.

⁵ Ação Popular foi uma organização de esquerda criada em 1962, principalmente por alguns integrantes da juventude da Ação Católica, marcada pela forte presença de valores cristãos. Durante a ditadura civil-militar esse grupo atuou clandestinamente e adquiriu concepções marxistas, principalmente maoístas e leninistas, se afastando da Igreja Católica. No início dos anos de 1970, passou a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML) (CIAMBARELLA, 2007).

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

No final dos anos de 1970 e início de 1980 a luta pela terra ganhou novo impulso no processo de redemocratização política do Brasil, surgindo novos atores políticos, estratégias de mobilização e demandas (MARTINS, 2003). Em 1975, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização ligada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi momento relevante no fortalecimento das lutas existentes e criação de alternativas na luta pela terra. Essa organização atuou significativamente na organização e mobilização de trabalhadores rurais, principalmente através de grupos de reflexão sobre as injustiças sociais, entre elas a concentração fundiária. A CPT foi importante “instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo” (POLETTTO, 2010: 138), tendo como algumas de suas principais atuações a defesa da função social da terra.

Destaca-se também o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), como alternativa institucional, e a criação de oposições sindicais à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), reunidas principalmente na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo Giannotti e Lopes Neto (1991), a CUT surgiu como alternativa para a construção de um sindicalismo mais atento à diversidade de lutas, assim como mais independente em relação ao Estado, tendo como alguns de seus princípios a atuação sindical mais democrática e autônoma.

Em 1984 foi fundado oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em Cascavel (PR), no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Segundo Fernandes (2010), seu surgimento remonta às primeiras ocupações de terra organizadas a partir de 1979 no Sul do Brasil, ações que, com apoio da CPT, incitaram o processo de criação de um novo movimento:

A partir desse ano (1979), nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros camponeses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam (FERNANDES, 2010: 165).

As concepções econômicas, culturais e políticas do MST foram fortemente influenciadas pelo ideário marxista, porém conjugado com concepções específicas relacionadas à sua criação e desenvolvimento, principalmente no que se refere ao papel dessa religiosidade:

Fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-tung, Rosa de Luxemburgo. De uma forma ou de outra captamos alguma coisa de todos eles (...). O próprio Evangelho, não como uma religião, mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 59).

Com base nesses princípios, o MST realizou tentativas para se organizar e realizar ocupações em várias regiões do Brasil, a partir de meados da década de 1980, o que, muitas vezes, levou ao redimensionamento das formas habituais de luta pela terra nas complexas interações entre esses militantes e os vários atores com os quais se relacionaram em cada contexto específico.

As ocupações de terra se massificam, dado o grande número de trabalhadores rurais engajados nos acampamentos, e se generalizam, pois várias outras organizações e movimentos passam a utilizá-las como recurso legítimo de pressão sobre o poder público. Assim, a *forma acampamento* (SIGAUD, 2001) se tornou a principal linguagem política dos grupos mobilizados na luta pela terra nesse período:

Ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil (...). As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado (SIGAUD, 2005: 255-256).

Emergência das ocupações de terra no Nordeste Mineiro

A bandeira pela reforma agrária em Minas Gerais teve forte impulso com a eleição de Tancredo Neves como governador em 1982. No entanto, na segunda metade da década de 1980, existiam fortes entraves políticos, em grande medida pela pouca permeabilidade dos governos de Hélio Garcia (1984-1987 e 1991-1994) e Newton Cardoso (1987-1991) em relação ao assunto e pela conjuntura nacional desfavorável.

Com o enfraquecimento do regime civil-militar, o governo eleito em 1982 foi relativamente heterogêneo, incorporando - mesmo que com menor poder - também setores que buscavam uma maior participação e atendimento às demandas populares. O espaço participativo que vinha se construindo é fechado na segunda metade dos anos de 1980, diante do maior direcionamento das políticas para a modernização produtiva em vários setores da

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

economia mineira, inclusive no que se refere ao meio rural. No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, enquanto no âmbito federal se delineava a hegemonia do modelo neoliberal (com Collor e, em seguida Itamar e FHC), Minas Gerais tinha contornos específicos com o Governo Newton Cardoso (PMDB), momento no qual o estado passou por um forte processo de enfraquecimento no que se refere ao planejamento (MENEZES NETO, 1996). Nesse governo, as expectativas de maior participação popular na gestão pública foram fortemente frustradas, havendo fechamento no diálogo do governo com os movimentos sociais.

De 1991 em diante – com o segundo governo de Hélio Garcia, do Partido da Renovação Social (PRS) (1991-1994) e o governo de Eduardo Azeredo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1995-1998) – o modelo neoliberal foi paulatinamente ganhando espaço, sendo voltado para a abertura econômica ao mercado externo, incentivando grandes empreendimentos agroindustriais privados e mantendo a reforma agrária numa posição marginal. Apesar de um menor alinhamento em relação às oligarquias rurais mineiras (quando comparado ao governo precedente) esse projeto de abertura econômica não passava por uma transformação na estrutura agrária. Assim, no período no qual as principais mobilizações aqui discutidas ocorreram, percebe-se que os vários governos de Minas Gerais – por diversos motivos – não incorporaram a reforma agrária como uma de suas políticas, muitas vezes reprimindo violentamente as ocupações de terra, processo análogo ao ocorrido por todo o Brasil.

A conjuntura no âmbito federal também era desfavorável. Depois do Governo Sarney (1985-1990), no qual a reforma agrária se configurou numa promessa não cumprida, o Governo Collor (1990-1992) destacou-se como período de maior repressão, criminalização e violência contra os movimentos sociais, momento no qual o processo de mobilização aqui discutido teve suas maiores dificuldades. O Governo Collor marcou o início de uma forte tendência neoliberal, com abertura comercial e financeira à produção e capital estrangeiros e uma intensa reestruturação produtiva, que acarretou índices elevados de desemprego, o que, em certa medida, também dificultou as mobilizações de movimentos de trabalhadores. Os recursos para assentamentos e agricultura familiar foram restringidos. Houve também uma série de prisões de lideranças do MST em várias regiões, como, por exemplo, nos casos das mobilizações do Nordeste e Noroeste de Minas Gerais analisados nesse estudo. A vigilância

sobre os movimentos de luta pela terra foi intensa, principalmente em relação ao MST, tendo a Polícia Federal invadido várias de suas secretarias e apreendido documentação.

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária foi assumido por Antônio Cabrera Mano Filho – grande proprietário rural – em abril de 1990. Uma das iniciativas desse ministro foi assumidamente evitar a todo custo desapropriar fazendas em áreas de conflito, em clara tentativa de abater as mobilizações de luta pela terra. Essa postura foi de encontro as formas de interação com o poder público que o MST vinha constituindo, nas quais as ocupações de terra eram os principais mecanismos para apontar áreas a serem desapropriadas. Nesse quadro o lapso legal criado pela Constituição de 1988 também teve um peso significativo, pois diante da ausência de regulamentação sobre os dispositivos constitucionais para as desapropriações, as ocupações foram inibidas (FERREIRA; ALVES; CARVALHO FILHO, 2009).

A partir de 1993, o novo Governo Federal se mostra mais permeável ao diálogo com os movimentos sociais, tentando trazer a reforma agrária para o controle do Estado. O Presidente Itamar Franco recebeu coordenadores do MST para negociação e, diante das reivindicações desse movimento, vetou vários artigos da Lei 8.629/93. A referida lei, ao regulamentar as desapropriações, também deu impulso relevante para o fortalecimento das mobilizações de luta pela terra. As ocupações e assentamentos aumentaram em todo o Brasil, inclusive em Minas Gerais, onde o processo aqui tratado começou a ganhar novos contornos com o direcionamento das ocupações para o Vale do Rio Doce.

Apesar das dificuldades políticas que marcaram o período das primeiras mobilizações, as ocupações contaram com um significativo número de movimentos, organizações e famílias de trabalhadores rurais organizadas, dando origem a um processo de enfrentamento marcante para a luta pela terra no estado. Nestes termos, na década de 1980, em Minas Gerais, as ocupações de terra foram gradativamente sendo consideradas, por diversos atores, como estratégias legítimas para se reivindicar a reforma agrária, principalmente diante do relativo sucesso das ocupações do MST no Sul do Brasil e sua expansão para outros estados. Mesmo sem a participação direta do MST, o enfrentamento pela Fazenda Cachoeirinha (Varzelândia/MG) em 1981 é um bom exemplo desse novo impulso, pois se tratou da reocupação pelos posseiros expulsos na década de 1960, provavelmente a continuidade do conflito mencionado anteriormente.

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

Inicialmente com o acompanhamento da Comissão Pastoral da Terra e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), algumas ações de resistência ganharam destaque no estado, chamando atenção do poder público, como no caso das fazendas Aliança (Pedra Azul) e Córrego Comprido (Padre Paraíso), casos nos quais os trabalhadores rurais ameaçados de expulsão conseguiram ser assentados em 1987.

No que se refere ao modelo de ocupações que o MST desenvolveu inicialmente no sul do Brasil – baseado na ocupação massiva de terras com as quais os trabalhadores rurais não tinham um vínculo prévio, visando estabelecer uma negociação com o Estado – sua inserção em Minas Gerais aconteceu em meados da década de 1980. Não conseguimos identificar a participação direta de militantes desse movimento nas primeiras ocupações no estado, sendo elas realizadas principalmente pela mediação de sindicatos e da CPT.

Em setembro de 1985, o *Jornal Sem Terra* noticiou o que considerou ser o início das ocupações em Minas Gerais, identificando claramente essas ações com as mobilizações que os sem-terra desenvolviam no sul do Brasil. Diferentemente das matérias anteriores, nessa reportagem intitulada *Começam as Ocupações* são relatadas ações concretas de ocupação, inclusive enfatizando a violência policial decorrente. A contestação da propriedade da terra aparece nos argumentos de que as terras são improdutivas, sem documentação ou abandonadas. Ocupações como essa foram acompanhadas regularmente pelo Jornal, principalmente a de Iturama (Triângulo Mineiro)⁶.

Através de várias entrevistas pudemos ver que o MST, desde 1985, realizou contatos com sindicalistas e membros da CPT na região Nordeste de Minas Gerais, divulgando material, realizando reuniões, encontros, trabalhos de base etc. Esses militantes do Sul do Brasil estabeleceram relações especialmente nos locais onde existiam organizações atuando já há algum tempo, no movimento sindical e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espaços nos quais se desenvolviam reflexões sobre concentração fundiária, desigualdade social, negligência do poder público etc., assim como dispunham de certa estrutura e experiência organizativa (ZANGELMI, 2014).

O processo de nacionalização do MST foi analisado por Lerrer (2008) pelo viés do estudo das trajetórias de alguns militantes sulistas que buscaram a expansão do Movimento

⁶ Os acampados da Fazenda Bartira (Iturama/MG) – após intenso processo de resistência e pressão sobre o poder público, como nas manifestações em Belo Horizonte e Brasília – conquistaram a terra no ano de 1986.

para o Nordeste, Pará, Rondônia e Minas Gerais na década de 1980. Nessas primeiras ações, jovens formados na chamada “igreja progressista” e/ou membros de oposições sindicais em relação à CONTAG se deslocaram para vários estados, visando expandir a metodologia de ação do novo movimento.

Nesse início de nacionalização, esses militantes geralmente se estabeleceram em locais nos quais existia certo trabalho de base prévio e contatos que possibilitaram a realização de alianças com outras organizações, o que em grande medida foi articulado a partir de vários encontros pelo Brasil. Assim, antes de começarem a fazer ocupações nessas regiões, eles passaram a buscar o convencimento das lideranças locais, ganhando gradualmente sua confiança, mas também gerando tensões no que se refere às disputas pela representação dos trabalhadores rurais. Por outro lado, outros movimentos incorporaram parte da metodologia do MST nesse processo, passando a fazer ocupações no mesmo formato.

Segundo a autora, os primeiros militantes que migraram para o Nordeste tinham forte sentimento da militância enquanto “devoção”, um “espírito de serviço” à coletividade, e estavam fortemente influenciados pelos valores missionários da Igreja Católica. Advindos principalmente de Santa Catarina, essa primeira geração de jovens militantes migrou com intenção de passar longo tempo nas novas regiões e muitos nelas se fixaram definitivamente, o que não foi o caso de Minas Gerais. Apesar de se estabelecerem em vários estados, formavam um “núcleo” calcado nas redes de sociabilidades que traziam do Sul. Eram pessoas que já se conheciam, em grupos organizados principalmente na Igreja, e tinham relações de confiança e companheirismo que os estimulavam a fazer esse trabalho e contribuíam para a integração nas ações de mobilização nesse novo contexto.

No estado de Minas Gerais, em meados da década de 1980, os militantes do Sul passaram a articular ações de ocupação de terra nos vales do Jequitinhonha e Mucuri através da vinda periódica para reuniões, assembleias e convites para eventos. Leigos ligados à CPT, principalmente do município de Poté (Vale do Mucuri), passaram a receber material escrito, filmagens, conversar com lideranças, enfim, conhecer e expor as práticas e pensamentos do MST. Grande parte das iniciativas desses encontros adveio da atuação do Padre Jerônimo Nunes, coordenador da CPT na época, que atuou em Poté nas décadas de 1970 a 1990 e incentivou a entrada de leigos para o MST, sendo um dos primeiros canais de constituição

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

de equipes locais. Esses leigos tinham acumulado experiência na atuação junto ao Padre, em grupos de reflexão das CEBs, nos quais desenvolviam discussões sobre injustiças sociais, necessidade e legitimidade de acesso à terra, reforma agrária etc., e dispunham de uma rede entre grupos comunitários ligados às paróquias em vários municípios da região.

O I Congresso Nacional do MST foi um momento fundamental para essas pessoas de Minas Gerais passarem a se sentir parte dessa organização, pois começaram a constituir relações mais concretas com lideranças de várias regiões, ganhando segurança para agir em vista das mobilizações que já vinham acontecendo há algum tempo, com relativo sucesso. Nessas viagens, essas pessoas também passaram a participar de ações concretas de manifestação, mobilização e organização (visitando acampamentos, ocupando prédios públicos etc.), momentos que colocavam em evidência novos conhecimentos e valores.

Esses novos militantes passaram a mobilizar comunidades no Nordeste de Minas Gerais, visando organizar a primeira ocupação de terra ligada ao Movimento no estado, valendo-se da estrutura organizacional e legitimidade moral de paróquias de vários municípios nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O fluxo das mobilizações nesse processo foi possível, em grande medida, pela articulação a partir dos laços sociais prévios. Vários estudos, de diferentes formas, têm apontado a importância das redes de relações sociais - de amizade, parentesco, vizinhança etc. - para a adesão e permanência de trabalhadores rurais nas ações de luta pela terra (SIGAUD, 2000; MARTINS, 2003; LOPES, 2002; LOERA, 2006). Assim, é indicado como as relações de sociabilidade, reciprocidade e confiança foram fundamentais na formação e desenvolvimento de acampamentos e assentamentos em vários contextos.

Os militantes sulistas que vieram para Minas Gerais, apesar de muitas vezes ficarem por períodos longos, não se fixaram na região. Permaneceram estabelecidos no Nordeste, vindo periodicamente para formar lideranças estaduais. Nesse momento, as mobilizações no estado foram, em grande medida, coordenadas pelas lideranças nativas, fortemente vinculadas à CPT e sindicatos da região, apesar vínculo crescente com a organização nacional.

Como salientado anteriormente, os sindicatos e os religiosos dispunham de grande legitimidade junto aos trabalhadores rurais da região, sendo lideranças que, em grande medida, compuseram os primeiros quadros de militantes do MST em Minas Gerais. Vários

entrevistados relataram como entraram no MST por meio da participação em sindicatos, especialmente da CUT, e nas CEBs:

Ai voltei de lá (São Paulo), ingressei no movimento religioso. A Igreja tava naquele período em ascensão das Comunidades Eclesiais de Base. E a partir desse meu ingresso na Igreja eu, uns dois anos eu fiquei atuando na Igreja, ai eu conheci um pouco do Movimento (MST) a partir do pároco da minha cidade, que era coordenador da Pastoral da Terra (PAULO⁷, entrevista ao autor, 19/03/2011).

Era muito presente a percepção de atraso de Minas Gerais em relação aos outros estados na nacionalização do MST, ou seja, era necessário, para essas novas lideranças, desencadear ocupações o quanto antes. Havia uma crítica de que em Minas Gerais não existia tanta coragem quanto em estados como Rio Grande do Sul, Espírito Santo etc., comparação que mexia com o brio desses militantes, os impulsionando a realizarem as ocupações. Além dos depoimentos, isso está evidente numa reportagem do *Jornal Sem Terra* de setembro de 1985, intitulada *Começam as Ocupações*. Afirma-se que os sem-terra de Minas Gerais “romperam o silêncio”, dando a entender que essas ações já estavam maduras, em condições de serem realizadas, faltando iniciativa para sua concretização.

O processo inicial de mobilização, anterior ao início das ocupações, levou aproximadamente de 1985 a 1988, sendo relativamente esporádico e recheado de incertezas sobre a possibilidade de realização das ocupações em Minas Gerais. A primeira das ocupações articuladas nesse processo ocorreu em fevereiro de 1988, dando origem ao Assentamento Aruega (Novo Cruzeiro/MG). Tendo como centro irradiador o município de Poté⁸, que contava com forte atuação da CPT, essas ações foram articuladas também por membros do MST e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Cruzeiro.

Cerca de 400 famílias ocuparam a Fazenda Aruega, sendo provenientes de diversos pequenos municípios da região, como Águas Formosas, Catuji, Itaipé, Itambacurí, Jampruca, Ladainha, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Pavão, Pote e Teófilo Otoni. Em sua maioria, eram agregados, meeiros, posseiros, assalariados e proprietários de terras pequenas, isoladas e desgastadas, insuficientes diante do crescimento da família.

⁷ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, visando evitar possíveis constrangimentos.

⁸ Não por coincidência foi nesse mesmo município legalizado, em 1962, o primeiro sindicato de trabalhadores rurais em Minas Gerais. Ambas as ações, criação do primeiro sindicato e primeira ocupação do MST, são, em grande medida, provenientes da forte e longa atuação de segmentos progressistas da Igreja Católica nesse município.

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

Trabalhavam principalmente na agricultura de arroz, feijão, mandioca, milho, café e cana, produtos voltados principalmente para subsistência, tendo pouco excedente para ser vendido nos mercados locais. Alguns relataram que trabalhavam com garimpo e poucas cabeças de gado, mas são raros esses casos. Vários deles também experimentaram trabalho fora do campo, como caminhoneiro, pedreiro, comerciante etc. - alternando essas atividades com o trabalho agrícola. Alguns desses trabalhadores relataram que tiveram experiências de migrações frustradas, principalmente para São Paulo, retornando alguns anos depois. Esses casos também não são maioria.

Essa ocupação foi um marco para a organização dos trabalhadores rurais sem-terra em Minas Gerais. Segundo Fernandes (1999: 126), “o impacto político (da ocupação de Aruega) foi imediato e os latifundiários responderam prontamente com a articulação da UDR na região”. Essa afirmação vai ao encontro do observado nas entrevistas, nas quais vários atores enfatizaram a repercussão dessa ocupação, como Pacheco:

Aqui (Aruega) deu uma revolução na região e também uma repressão muito violenta. *Lá nós enfrentamos todo tipo de pressão, um cerco policial que durou mais de 60 dias.* Eles tinham de 100 a 200 homens da Polícia Militar à disposição do proprietário – ou dos proprietários (latifundiários da região) (PACHECO, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Principalmente diante dessa ocupação de terra, é organizada a União Democrática Ruralista (UDR) em Minas Gerais, visando frear as ações desses grupos mobilizados. Criada a partir de 1985, mesmo não oficialmente, a UDR foi uma das principais formas de organização do patronato rural nas décadas de 1980 e 1990. Marcada pelas ações de violência, em defesa da grande propriedade fundiária, contra trabalhadores rurais mobilizados na luta pela terra e reforma agrária, esse grupo conferiu certa identidade a grande parte do patronato rural brasileiro, sendo importante meio de organização e representação (BRUNO, 1996).

Nessa reação conservadora, pudemos perceber também as alianças recorrentes entre fazendeiros, policiais e poder local, especialmente os prefeitos de vários municípios da região, no intuito de intimidar e desmobilizar os trabalhadores rurais engajados na ocupação de Aruega. Por outro lado, essa ocupação reuniu também diversos atores empenhados na reforma agrária no estado, sendo um conflito fundador e de grande magnitude, como pudemos ver num caso emblemático. Diante da consolidação do acampamento, o prefeito de Novo Cruzeiro (pessoalmente), a Polícia Militar e fazendeiros da região tentaram impedir,

pela força, que lideranças do MST viajassem para Belo Horizonte num avião fretado para recorrer a tempo de uma liminar de despejo. Nessa situação, diante da forte pressão dos trabalhadores e de autoridades que apoiavam os sem-terra, como deputados e bispos, esses grupos tiveram que recuar. Esse momento marcante na história da ocupação é revelador na medida em que demonstra a forte mobilização de vários atores em torno de Aruega, o que tornou possível o fretamento de um avião, algo extraordinário naquele contexto. Por outro lado, esse acontecimento revela também como as forças opostas aos trabalhadores rurais estavam articuladas, alinhando os poderes de juízes, prefeitos, policiais etc. A narrativa de Pacheco demonstra a repercussão no município de Novo Cruzeiro desse fato inusitado:

*O juiz articulou para acontecer a audiência numa sexta-feira, exatamente para não dar tempo de recorrer. Imagina, se fosse de carro, nem se estivesse num carro de Formula 1, pra sair de Novo Cruzeiro, até a BR são 55 km de chão, depois mais 500 Km até Belo Horizonte. É muito chão pra fazer em pouco tempo, não teria condição. Mas nós fomos mais ágeis que eles, e mais hábeis, mais inteligentes. Eles jamais imaginavam isso! Nós tínhamos, no início, uma boa articulação com as igrejas, os sindicatos, com o PT... E a comunidade toda animada, nós conseguimos levantar um recurso e fretamos um avião. Só tinha essa solução! (...) *Rapaz, foi cena de cinema, merecia um filme! A cidade inteira foi lá para o campo. Quantos anos tinha que não descia um avião lá!* (...) Na hora de decolar, um cara atravessou um fusca na frente do avião. *O Prefeito estava lá no campo, ele tentou impedir a decolagem*, juntou com um pessoal lá, mas ele não tinha o controle, era uma multidão e nem ele sabia quem era dele, quem era nosso. (...) O Prefeito viu o drama, em função da dúvida: “– Quantos deles estão aqui? Esse povo é maluco!” O Prefeito mediu as consequências, mandou o cara tirar o fusca e decolou (PACHECO, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).*

Esse acontecimento foi relatado por vários entrevistados, o que demonstra como se tornou uma referência para o sentimento de força e união dos grupos mobilizados. Apesar de variações quanto a alguns detalhes, a imagem do prefeito tentando impedir a decolagem, e sendo frustrado, está presente em praticamente todas as entrevistas com assentados de Aruega e lideranças nesse processo de mobilização. No entanto, durante os primeiros anos da ocupação são recorrentes os relatos de perseguições e violência sofrida pelos sem-terra, numa clara tentativa de minar sua organização.

Alianças e representações abaladas

Em outubro de 1988, enquanto Aruega aguardava uma solução, foi realizada uma segunda ocupação no município de Novo Cruzeiro, a da Fazenda Sapezinho⁹. Assim como Aruega, a ocupação de Sapezinho também deixou fortes marcas na memória dos atores envolvidos, principalmente porque, ao contrário do que ocorreu em várias tentativas em Aruega, a polícia conseguiu despejar as 200 famílias¹⁰ da fazenda.

Nesse momento, integrantes do MST e da CPT, principais organizações à frente dessas mobilizações, vinham tendo fortes divergências, relacionadas às diferentes perspectivas sobre o grau de radicalização¹¹ que se deveria ter frente aos adversários. Alguns depoimentos apontam que o MST pressionou no sentido de um enfrentamento mais intenso, como resistência aos despejos, ocupação de terras ainda não desapropriadas, e a CPT optou por uma postura mais voltada para a negociação, posições divergentes que podem ter enfraquecido suas ações conjuntas e, segundo algumas lideranças e assentados, foram decisivas para o fracasso das ocupações. Nesse momento, apesar de manterem algumas ações conjuntas, esses movimentos foram se afastando.

Outros agentes nesse conflito parecem ter também comprometido os resultados dessas mobilizações. Novaes (1994) argumenta sobre a necessidade de se pensar a mediação para além dos atores comprometidos com os interesses dos trabalhadores, ou seja, é pertinente pensar também as formas de mediação a serviço da manutenção das relações de poder. Nas entrevistas, um dos principais motivos alegados para o “fracasso” da ocupação de Sapezinho era o consentimento de algumas lideranças da frequente entrada da dona da fazenda e da polícia no acampamento, supostamente visando o diálogo e a doação de alimentos, remédios

⁹ Segundo depoimentos, as famílias que ocuparam a fazenda Sapezinho não são provenientes da ocupação de Aruega, mas sim foram mobilizadas pela continuidade do trabalho de base na mesma região.

¹⁰ Os enfrentamentos decorrentes dessas ocupações deixaram marcas tanto nas lembranças dos trabalhadores rurais envolvidos quanto nas estratégias policiais na região. Como afirma Fernandes, “a Polícia Militar de Minas Gerais inventou duas armas com a finalidade de serem usadas no confronto com os sem-terra. Foram denominadas *aruega e sapezinho*, em alusão às primeiras ocupações do Movimento. A *aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “V”, que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *sapezinho* é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatar foices e enxadas”. (FERNANDES, 1999: 127-128)

¹¹ Segundo Lerrer (2008: 25), “dentro do MST há um discurso para justificar a opção pelo afastamento da Igreja. Na visão de seus dirigentes, a orientação desta instituição não correspondia à necessária radicalidade que deveriam ter para conduzir a luta pela reforma agrária que, no Brasil, segundo a crença da organização, só será efetivamente alcançada quando houver uma transformação social profunda do país”. Dada a grande variedade local das lógicas de ação da CPT, é importante atentar também para as motivações específicas no processo em questão.

etc. enviados por ela para os sem-terra. Isso teria amainado a oposição dos trabalhadores dada a habilidade de convencimento e formação de uma boa autoimagem pela dona da fazenda. Assim, argumentam que a mobilização foi enfraquecida, o que teria facilitado a inserção da polícia, que acamparam junto aos sem-terra, e a retirada dos trabalhadores rurais.

Tem momentos que a liderança, e mesmo o povo, opta por um caminho muito... de aliança, de negociações etc., que não surte efeito. E há momento em que as pessoas tomam uma decisão um pouco mais radical, de combate mesmo e acaba sendo vitorioso. Eu vou tentar exemplificar aqui pra ver se eu consigo explicar melhor: *Quando nós ocupamos Aruega nós não tínhamos nenhuma pretensão de negociar.* Negociar em que sentido? Ah, do proprietário chegar, com aquela conversinha doce e tal... Quer dizer, entramos com um propósito muito claro de radicalização mesmo! Radicalizamos o máximo! Tanto é que a polícia não conseguiu entrar. (...) Quando ocupamos Sapezinho, que é a Fazenda ao lado, era basicamente o mesmo grupo de liderança e por uma razão ou outra. Acho...acho não...é até duro eu dizer isso: *Por influência inclusive até da própria CPT... os aliados... flexibiliza, das alianças* e tal. Tomamos um caminho um pouco diferente. Radicalizamos em parte. Tanto que aceitamos... Aceitamos, eu coloco junto, mas particularmente eu era radicalmente contra. Aceitamos inclusive sentar na mesa de negociação com a proprietária, e a proprietária teve uma habilidade tamanha de nos enrolar, mas enrolou bacana! A ponto de um dia a reunião se dar na fazenda dela, num outro local. *Um dos equívocos mais vergonhosos* de se contar que nós cometemos, *nós caímos no conto de fadas.* Acreditamos que aquela negociação que tinha se estabelecido aí nós íamos conquistar a Fazenda. Negociação com político, com a proprietária, com o INCRA, não sei o que e tal, e apostamos nisso e flexibilizamos a resistência interna. (...) A mulher (fazendeira) acabou... Era um *imbróglia* mesmo... *Ela conseguiu, assim, estrategiar uma metodologia tão eficaz de nos desgraçar,* nos combater, a ponto de ... Ela fornecia leite pras... ela levava leite pras crianças! Fornecia leite, levava. Ela infiltrou no acampamento! Ela e seus... Ai chega a polícia com o mesmo discurso: “Não, que nós estamos pra proteger e tal” (PAULO, entrevista ao autor, 19/03/2011, grifos nossos).

Algo que chama a atenção é que, em grande parte dos depoimentos, o processo decorrente do despejo em Sapezinho não foi sequer mencionado. Acredito que essa questão está relacionada com o estabelecimento de relações de *silêncio* (POLLAK, 1989; PORTELLI, 2002; SANTANA, 2000) entre vários atores envolvidos, sendo um ponto delicado a ser tocado nas entrevistas. Analisando uma reportagem do *Jornal Sem Terra* (nº 87, setembro de 1989, p. 13) e em algumas poucas entrevistas pude saber que grande parte das famílias despejadas dessa ocupação foi mobilizada para uma ocupação em Teófilo Otoni, na Fazenda Bela Vista, cujo desfecho foi ainda mais traumático que o de Sapezinho. Nesse confronto, os policiais balearam e espancaram várias pessoas. Também ordenaram que os

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

acampados deitassem, dando tiros de raspão sobre suas cabeças, para assustá-los. Além de várias pessoas feridas, os homens foram levados presos, as mulheres e crianças foram aprisionadas em baias insalubres e outras crianças ficaram perdidas na mata por dias.

As interpretações sobre os motivos do fracasso dessa ocupação são múltiplas, variando mesmo entre os próprios membros do MST. No entanto, fica evidente como a proximidade entre os trabalhadores rurais, polícia e a fazendeira em Sapezinho pode ter prejudicado o sigilo das informações sobre a futura ocupação em Bela Vista:

Vazou informação (em relação à ocupação de Bela Vista). A Polícia Militar, *eles infiltram gente*. E nós naquela época tínhamos pouca maldade em relação a isso. A gente tinha pouca mobilidade e estava sobre vigilância também. Então o povo, no acampamento, *acaba soltando alguma coisa*. Eles (policiais) estiveram lá dentro (acampados), têm pessoas que eles fazem promessas, pressão, o cara acaba entregando alguma informação (PACHECO, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Por outro lado, assentados mais próximos à CPT entendem que essa ocupação foi fruto de uma estratégia ambiciosa e irresponsável do MST na busca por autonomia e repercussão:

Depois organizou a ocupação da Fazenda Bela Vista, mas cheia de muito gado, sem condições de desapropriar. *Para confrontar!* (...) *A irresponsabilidade do MST*: Ele fez essa ocupação sem comunicar a CPT, não queria a participação dela, porque a *CPT não aprovava!* Fazer confronto com a polícia. Era para confrontar! *Sem apoio de nenhum sindicato, nem do PT, nem de Igreja. Só MST e os trabalhadores*. (...) Foi um confronto provocado pelo MST, *usando os trabalhadores como massa de manobra*. Para eles, *se tivesse um confronto com a polícia, o Movimento crescia!* A ideia era essa. O MST queria assumir toda coordenação do povo sozinho, *queria dirigir sozinho e não conseguiu*, aí aconteceu o pior (CAUÃ, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

Diante desse quadro adverso, no início da década de 1990, em face do grande número de excedentes (Aruega) e despejados (Sapezinho e Bela Vista) que aguardavam solução e das intenções de expansão do MST, lideranças dos grupos mobilizados e agentes estatais buscaram várias alternativas de acesso à terra para essas famílias. Inicialmente, numa parceria entre o INCRA e a Ruralminas¹², esses atores tentaram implantar o Projeto Crauno, que pretendia assentar parte das famílias excedentes de Aruega no município de Pedra Azul,

¹² A Ruralminas é uma fundação pública estadual vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa).

o que não foi aceito pelos trabalhadores rurais porque a terra era considerada pouco fértil e inóspita. Assim, muitos trabalhadores mobilizados em Aruega optaram por acampar novamente e continuar a pressionar o poder público. Grande parte ficou acampada à beira da BR116 (Ponto de Marambaia-Caraí) por cerca de dois anos, entre 1991 e 1993, numa época retratada pelos depoentes como de grande escassez e insegurança. As famílias despejadas em Bela Vista também estavam em situação crítica: ficaram acampadas por cerca de dois anos numa localidade chamada Lajinha – no município de Teófilo Otoni – até serem assentadas no Assentamento Santa Rosa juntamente com alguns excedentes de Aruega. Sobre esse período em Lajinha – com 70 famílias aglomeradas num terreno de cerca de 800 metros quadrados – os relatos são convergentes em apontar as dificuldades na manutenção da mobilização, enfatizando que “Lajinha era uma área muito pequena, num lote emprestado. E numa situação dessas também os vícios se acumulam, fica muito próximo da cidade. Foi uma experiência dolorosa” (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Novas ocupações se tornaram mais difíceis, porque “essas famílias não tinham mais força. O despejo da fazenda Bela Vista foi uma brutalidade sem tamanho. Perdemos aquela força, tivemos que dar uma parada” (POLICARPO, entrevista ao autor, 10/07/2013). Mas também o estímulo para ocupar estava enfraquecido diante do descrédito de parte dos acampados nas lideranças. Acrescente-se a falta de regulamentação constitucional sobre as desapropriações (de 1988 a 1993) que também desestimulava as ocupações, em face da maior incerteza na conquista de um assentamento. No acampamento de Lajinha, a credibilidade dos militantes do MST como lideranças também foi abalada. Inclusive antigos aliados como CPT e deputados do PT passando a criticar sua atuação, o que dividiu os trabalhadores e trouxe um ambiente de grande desconforto:

Então, quando as famílias ficaram acampadas na Lajinha, nós tivemos uma divergência muito grande com a deputada Maria José, por que ela começou, juntamente com os padres - acho que pela situação que houve (despejos) – *a jogar as famílias contra a direção (do MST)*. (...) Achou que foi irresponsabilidade de fazer enfrentamento. Por que, na verdade, houve uma avaliação (de alguns militantes do MST) de que tinha que resistir: “*Já tinha sido despejado (Sapezinho), enfrentar mais um despejo (Bela Vista)? Então vamos tentar resistir!*” Aí foi para o pau! *Aí os trabalhadores passaram a indignar contra a direção*. Então, nesse período de 90 nós tivemos uma crise do Movimento muito grande na região do Mucuri! Exatamente por causa disso. (...) Nós começamos a *rever os nossos métodos* e conversar muito (RENATO, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

Em 1992, com base num acordo entre INCRA, deputados, CPT e lideranças dos acampados, decidiu-se que os trabalhadores rurais acampados em Lajinha seriam assentados no hoje chamado Assentamento Santa Rosa (Itaipé/MG). Inicialmente foram assentadas cerca de 60 famílias, das quais apenas 34 permaneceram. O restante optou por desistir dos lotes em 1993 e, muitos deles, resolveram participar das novas ocupações do MST no Vale do Rio Doce. Os lotes vagos foram redistribuídos entre as 34 famílias que permaneceram no Assentamento. Dessa forma, as divergências entre os grupos à frente das mobilizações também ficaram claras no desfecho do processo vivido pelos grupos despejados, no qual grande parte dos trabalhadores rurais optou pelo distanciamento do MST e assentamento por meio de compra de terra, intermediada pela CPT e por deputados. É fundamental a diferença entre o acesso a uma terra comprada ou conquistada por meio de ocupação, sendo a compra um forte elemento de desmobilização para o MST, fato que influenciaria na continuidade do seu processo de luta naquele contexto. Essa opção da maior parte dos acampados significou uma perda de credibilidade nas propostas do Movimento, assim como um golpe em suas expectativas de desenvolvimento de novas ocupações.

Depois, o *MST queria que o pessoal fosse ocupar terra de novo*. (...) As famílias que tinham sofrido o despejo não iam, o pessoal de Aruega, que não apanhou, também não ia. Tinha 70 famílias, 10 toparam ocupar. Foi a situação que eu encontrei em 91. Era aquela coisa, não decidia. Aí as próprias famílias reuniram: “*Vamos deixar o MST pra lá*”. (...) *Ai a gente conversou com o pessoal da CPT e começou a encaminhar a organização do acampamento (de Lajinha), criamos grupos, eu mesmo peguei um grupo. E o grupo das 10 famílias que apoiava o MST ficou como um grupo. Ai a gente sentava em grupo e podia conversar, ouvir as proposta, discutir, podia receber alguém do sindicato, alguém da CPT, alguém do PT, todo mundo ajudou a gente* (...).

Pesquisador: O MST concordava?

Eles não concordavam com nosso trabalho (...) A nossa estratégia era coordenar o povo, negociar uma terra que fosse comprada, doada, mas uma área limpa. (...) A gente começou a negociar uma terra, sem ocupar. A maioria defendia isso. (...) Antes quem era responsável era só o MST. Com essa ideia veio todo mundo fazendo parte, veio Igreja Católica, veio Igreja Evangélica (...) *Padre Giovanni conversou com a deputada Maria José – Raul Messias era deputado na época – a forma de conseguir uma terra e comprar com a verba da subvenção* (CAUÃ, entrevista ao autor, 25/10/2012, grifos nossos).

Evidentemente, havia, grosso modo, um conflito central: de um lado, estavam os trabalhadores rurais mobilizados por meio de movimentos e organizações como CPT, MST,

STRs etc., visando a conquista das terras em questão e, para parte deles, a construção de uma transformação mais ampla para a qual a reforma agrária tinha papel central. Do outro lado, estavam os grupos que agiram pela manutenção das terras e do *status quo*, como fazendeiros, prefeitos, policiais etc. Cada um desses grupos também articulava suas forças no Executivo, Legislativo e Judiciário, espaços marcados pela heterogeneidade e, muitas vezes, ambiguidade. No entanto, além desse conflito central, cada um desses blocos tinha suas tensões e concorrências internas. No caso dos trabalhadores rurais, como buscamos demonstrar, a representação dos grupos mobilizados foi objeto de dissensos, que, quando atingiram certas proporções, comprometeram o enfrentamento central e seus principais objetivos.

Recomeço noutra contexto

Diante do enfraquecimento no Jequitinhonha e Mucuri, as organizações e movimentos mobilizados (principalmente MST, CPT, STRs e PT) buscaram novas possibilidades de ocupação, agora na região do Vale do Rio Doce. A realização dessas novas ocupações, além de possibilitar o assentamento dos excedentes de Aruega, acampados provisoriamente na BR116 há anos, foi a oportunidade de reatar os laços com parte das famílias do Assentamento Santa Rosa. Assim, militantes do MST passaram a buscar novas áreas para ocupar, sendo informados sobre a existência da Fazenda Limeira-Califórnia (Tumiritinga-MG) por membros da Igreja Católica da região:

Até que essa fazenda, pra gente descobri-la, que ela tinha sido desapropriada, nós viemos aqui fazer uma visita ao Padre Antônio, para pedir para ele uma ajuda, que a gente estava com dificuldades, o Movimento, e não tinha nenhuma perspectiva de para onde a gente ia. Aí ele falou para a gente que tinha aquela fazenda (Fazenda Califórnia) em Tumiritinga, mas que todo mundo lá tinha medo de tocar no assunto (CARLOS, entrevista ao autor, 11/07/2013).

A Fazenda Califórnia já estava desapropriada desde 1987, por ter sido considerada latifúndio improdutivo. No entanto seu proprietário ainda recorria na justiça, processo que chegou até o Supremo Tribunal Federal, durando quase uma década. Porém, mesmo após a desapropriação, havia grande temor em ocupá-la, em face da tradicional repressão na região. Como conta Renato, “a Fazenda Califórnia já estava desapropriada há cinco anos e ninguém

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

tinha coragem de ocupar, o decreto ia cair!” (Entrevista ao autor em 11/07/2013)¹³. Prevalencia esse receio, inclusive por parte de sindicalistas e setores progressistas da Igreja Católica, muitos deles céticos em relação à possibilidade de realizarem ocupações na região:

Ninguém falava! Inclusive, o presidente do sindicato, quando a gente foi falar com ele, disse que se fosse para ir na casa dele para discutir esse assunto não precisava ir não. Tinha muito medo! Porque tem uma história dessa fazenda nessa região e isso se espalhou nessa região, a fazenderada da época. E diante desse quadro, o pessoal tinha muito medo da repressão (CARLOS, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Essa era uma questão delicada, pois os grupos já haviam passado por situações desgastantes e o MST mineiro estava repensando suas estratégias de mobilização, evitando situações de conflito que pudessem levar a novos massacres:

Na verdade a gente sabia que resistindo a gente ia colocar as famílias num risco. A direção avaliava com as famílias e a gente sabia o que significava uma resistência, que era a polícia com arma e você com uma foice e um facão! Você não tem a mínima chance, com bomba. E a gente não estava ali para fazer esse enfrentamento. (...) *Nessa crise, a gente passou a rever a nossa forma de atuação e aí que decidimos trazer o Movimento para a região do Rio Doce. Retomamos a luta e aqui na região do Rio Doce deu certo. A ocupação da Fazenda Califórnia, hoje 1º de Junho, foi vitoriosa* (RENATO, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Cerca de 200 famílias ocuparam a Fazenda Limeira-Califórnia no dia primeiro de junho de 1993, data que dá nome ao Assentamento. Essa ocupação foi recebida com incredulidade tanto por parte de alguns dos trabalhadores rurais mobilizados, que, receosos, se dirigiram para a área apenas posteriormente, quanto pela população e fazendeiros da região. Várias lideranças salientam que, para essa ocupação, estavam mais fortes e preparados, mais experientes e com uma articulação política mais sólida, principalmente em comparação com Sapezinho e Bela Vista. A ocupação da Fazenda Califórnia, primeira no Vale do Rio Doce, depois de um grande período de aparente silêncio, foi um marco importante para o Movimento no estado. Depois de um grande período de impasses e instabilidade, essa ocupação significou a retomada da força e legitimidade do MST como representante dos trabalhadores rurais mobilizados na luta pela terra em Minas Gerais, recebendo um grande investimento de esforços do Movimento e de seus aliados, tanto na

¹³ Ele se refere ao fato de que o decreto iria prescrever, decorridos cinco anos da desapropriação, caso não fosse atribuído o direito de propriedade ao Estado.

mobilização para o acampamento quanto na subsequente organização do Assentamento. Esse empenho fez com que a conquista da Fazenda Califórnia fosse reconhecida como um dos grandes feitos do MST, sendo o assentamento intensamente organizado pelo mesmo durante muitos anos, tanto em termos políticos (na associação) quanto econômicos (na cooperativa).

Em 1996 foram assentadas 82 famílias na fazenda demandada, formando o Assentamento 1º de Junho, que foi considerado por muitos anos um modelo da organização do MST em Minas Gerais, principalmente pela prevalência do trabalho coletivo (extinto em 2008) e pela organização participativa dos assentados na direção do Assentamento. No entanto, as discordâncias com a CPT permaneceram, inclusive levando à divisão da fazenda em dois assentamentos, o 1º de Junho e o Cachoeirinha, o primeiro sob influência do MST, o segundo da CPT.

Apesar das disputas e desencontros, a ocupação da Fazenda Califórnia foi um marco na luta pela terra em Minas Gerais, se tornando um ponto de referência para os subsequentes trabalhos de base, nos quais o sucesso da ocupação servia de argumento para que novas famílias entrassem na mobilização, em especial no Vale do Rio Doce. Assim, se tornou mais concreta a ideia de ocupar a antiga Fazenda do Ministério, em Governadores Valadares, uma área cuja lembrança remetia à repressão violenta contra os trabalhadores rurais da região, o que pôde ser percebido em vários depoimentos:

Essa fazenda (Fazenda do Ministério) tinha sido desapropriada em 63, que era par fazer o plano piloto de reforma agrária do João Goulart (...) E quando o Ministro da Fazenda vinha entregar a fazenda, houve o golpe. Aí ele teve que voltar dali para trás. Inclusive originou daqui o golpe. E os trabalhadores tinham vindo um pouco para cá e um pouco para o sindicato, aí eles foram no sindicato e meteram bala (CARLOS, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Cerca de 250 famílias, organizadas principalmente pelo MST, ocuparam a Fazenda, área experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), em agosto de 1994. Essa ocupação contou com poucos excedentes de Aruega, sendo formada principalmente por agregados e arrendatários da região. Diferentemente do que ocorreu nas ocupações dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - nas quais a Igreja era o ponto de contato entre os trabalhadores rurais e os militantes do MST – os depoimentos com integrantes do hoje assentamento Oziel Alves Pereira demonstraram que seus contatos iniciais se deram principalmente por meio de sindicatos.

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

Essa área foi objeto de lutas pela reforma agrária já no início da década de 1960¹⁴, ficando fora da cena política por quase três décadas, em um processo de enfrentamento emblemático para os movimentos sociais no campo que foi, nesse novo contexto, retomado pelos sem-terra. Foram realizados dois despejos, sendo o segundo deles mais incisivo, com a atuação da cavalaria e da tropa de choque da Polícia Militar contra os trabalhadores rurais. Após esse despejo, os sem-terra acamparam novamente na BR 116, nas proximidades da fazenda, por dois anos, sofrendo pressões policiais e privações. Quanto ao segundo despejo, apesar da Polícia Militar levar um efetivo enorme, os assentados enfatizam que não houve confronto físico, pois já estavam decididos a não reagir. Segundo Rosi, “eles chegaram para tirar, nós já estávamos organizados para sair. Foi eles entrando e nós saindo” (Entrevista ao autor, 10/07/2013).

No panorama nacional, esse também foi um momento de visibilidade e influência política pelo MST. Desde 1986, o MST vinha realizando caminhadas de longa distância, buscando chamar atenção para suas demandas. Em 1996, realizou uma série de marchas para as capitais de vários estados do Brasil – gerando uma repercussão significativa, dentre as quais a de Belo Horizonte. Em 1997, realizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”¹⁵, com a chegada a Brasília de aproximadamente cem mil pessoas, a maior e mais representativa de suas marchas, demonstrando uma grande capacidade de mobilização e pressão sobre o poder público. Nesse momento, a ascendência do MST na cena pública brasileira transparece também pela sua maior presença na grande mídia, como, por exemplo, em telejornais e na novela *O Rei do Gado*, exibida pela Rede Globo entre junho de 1996 e fevereiro de 1997.

O MST conquistou importante força política durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, principalmente quando comparamos com o governo de Fernando Collor de Mello. Esse quadro mudou principalmente após o Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁶ e a Marcha Nacional de 1997. A reação do Governo Federal em face da

¹⁴ A busca pela sua desapropriação - acompanhada do anúncio de João Goulart sobre a destinação da fazenda para a reforma agrária - foi um dos motivos para o próprio golpe de 64, pois teria contribuído para a adesão do Governador Magalhães Pinto aos grupos militares golpistas (MARTINS, 1981)

¹⁵ Uma análise densa dessa marcha pode ser encontrada no trabalho de Chaves (2000).

¹⁶ Massacre de Eldorado dos Carajás foi como ficou conhecido o assassinato de dezenove trabalhadores rurais sem-terra no município de Eldorado dos Carajás (PA), no dia 17 de abril de 1996, situação com grande repercussão nacional e internacional.

repercussão nacional e internacional do Massacre é evidente, por exemplo, na destituição do Ministro da Agricultura José Eduardo Vieira no dia 18 de abril (dia seguinte ao Massacre). No dia 29 de abril é criado por decreto o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (que depois se tornou o Ministério do Desenvolvimento Agrário), com a nomeação de Raul Jungmann como ministro, também uma clara consequência da repercussão desse acontecimento. A criação desse Ministério tirou a reforma agrária do controle do Ministério da Agricultura, um espaço recorrentemente controlado pelo poder de grandes proprietários rurais.

Em face dessa repercussão e depois de um longo processo de negociação, em novembro de 1997 foram assentadas 67 famílias na Fazenda do Ministério, dando origem ao Assentamento Oziel Alves Pereira, o que, para os propósitos da presente pesquisa, marca o desfecho do processo iniciado em meados da década de 1980. Segundo depoimentos, essa foi a última ocupação que ainda contou com excedentes mobilizados para a ocupação de Aruega. Também as lideranças, formadas no início desse processo, foram assentadas nesse período, várias delas reduzindo gradativamente suas participações em novas mobilizações.

Após essa ocupação, também fica evidente uma mudança nas principais regiões mobilizadas, pois os esforços do MST para desencadear as ocupações foram consolidados noutras regiões de Minas Gerais, que trariam maior potencial de crescimento para o Movimento, pela maior presença de terras passíveis de desapropriação e trabalhadores rurais sem-terra a serem mobilizados. Assim, ao longo da década de 1990, as ocupações foram se tornando mais frequentes em outras regiões do estado, principalmente no Triângulo e Norte de Minas Gerais. Considero que essa ocupação, em certa medida, fecha um ciclo de mobilizações, no qual a ocupação de Aruega foi uma referência fundamental, tanto pela permanência de famílias excedentes quanto pela proeminência de lideranças formadas nesse processo.

Um ciclo mais longo também foi, de certa forma, fechado nesse assentamento. A Fazenda do Ministério, através das ações de mediação, passou a significar a retomada, noutra configuração de forças, do antigo conflito da década de 1960, no qual os trabalhadores rurais foram vencidos. Como afirmaram vários entrevistados, foram várias e frequentes as tentativas de espalhar o medo entre os trabalhadores, rearticular os temores latentes, alicerçados nas memórias sobre a repressão violenta pré-64 e do regime civil-militar. Assim,

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

“voltava toda aquela lembrança das Ligas Camponesas na região, as pessoas em geral ficaram apreensivas, aquela lembrança do Golpe Militar” (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

No entanto, cada vez mais, pelas mobilizações dos sem-terra, essa área passou a significar o direito dos trabalhadores rurais solapado por décadas, objeto de sua luta, uma área que estava destinada para reforma agrária e que, assim, deveria ser ocupada para um “acerto de contas” com a história. Dessa forma, ao rearticular *reflexivamente* (GIDDENS, 1991) seu olhar para os antigos conflitos na fazenda do Ministério, esses atores reavaliaram suas memórias e identidades (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), conferindo-as novos significados, de acordo com o contexto de mobilização que estavam vivenciando, aumentando suas possibilidades de transformação da realidade em que viviam.

Considerações finais

Em vista do contexto mais amplo de luta pela terra no Brasil, percebe-se como as ocupações em questão, assim como as que ocorriam em outros estados, tiveram significado relevante no desenvolvimento da *forma acampamento* (SIGAUD, 2000), em convergência com o processo de nacionalização das ações do MST (LERRER, 2008). Assim, foram estabelecidas, de forma massiva, novas formas de interação entre trabalhadores rurais, movimentos e Estado, interdependência na qual as ocupações de terra tinham significado central.

Em Minas Gerais, percebemos o crescimento da organização dos trabalhadores rurais até 1964, constituindo uma identidade de *camponês* e situando cada vez mais a reforma agrária como uma bandeira fundamental para o direcionamento das ações estatais. O golpe civil-militar de 1964 foi uma reação a esse avanço na organização dos trabalhadores e às iniciativas reformistas do Governo João Goulart, entre outras forças em ascensão no período, reprimindo violentamente essas lutas e desestruturando as formas de organização que vinham se constituindo. Nesse contexto adverso, vários atores buscaram dar continuidade e constituir novas formas de luta, alguns de forma mais radical e clandestina, outros de forma institucional, dentro dos limites estabelecidos pelo Governo. Essas lutas, ainda pouco conhecidas, mantiveram a chama acesa, maculando a falsa imagem de ordem, consenso e harmonia tão cara aos governantes do período.

O processo de redemocratização política dos anos de 1980 é, em grande medida, constituído pelo amadurecimento de parte dessas lutas e do surgimento de novos atores e estratégias de mobilização, que situaram as ocupações de terra como estratégias legítimas na luta pela terra em Minas Gerais. Assim, nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, regiões historicamente marcadas por intensos conflitos pela terra, foram realizadas as primeiras ocupações de terra massivas em Minas Gerais, pois esses lugares já contavam com a atuação de grupos como CEBs e CPT desde a década de 1970, o que deu base para a constituição das novas mobilizações. Esse processo, cujas articulações iniciais (1985-1988) foram impulsionadas pelo intenso processo de redemocratização, começou a se concretizar através das ocupações de terra num momento de retrocesso institucional em relação à luta pela reforma agrária, pois a repressão aos movimentos foi acentuada e a Constituição de 1988 ocasionou ambiguidades que dificultaram as desapropriações.

O MST chegou a Minas Gerais estabelecendo alianças principalmente com a CPT, mas também com alguns sindicatos, encontrando base para formar seus primeiros quadros na região e, assim, realizar algumas ocupações almejadas. No entanto, dada a multiplicidade de atores que influíram nesse processo, com diferentes perspectivas e estratégias, essas mediações também foram marcadas por descompassos, tensões e disputas entre os principais movimentos e organizações que pretenderam mobilizar os trabalhadores rurais. Assim, existiram momentos de enfraquecimento das ações conjuntas, que, em certos casos, dificultaram a resistência nos acampamentos, permitindo a realização de despejos.

Os adversários também influíram nesse processo, buscando desarticular as mobilizações, no sentido da manutenção das relações de poder. Assim, fazendeiros, policiais, prefeitos etc. também realizaram mediações, rearticulando valores tradicionais, relacionados às antigas relações de mando/obediência/proteção, minando, em parte, a legitimidade das lideranças dos movimentos e enfraquecendo as significações em construção. Assim, tratou-se de um processo dinâmico – com diferentes configurações de poder ao longo de cerca de dez anos de mobilização – e relacional, em vista da interação entre vários atores que influenciaram nesse processo, com suas diferentes expectativas e estratégias.

A retomada do fluxo de mobilizações, com a conquista de importantes assentamentos, assim como de novas significações sobre as relações de poder em jogo, foi o desfecho de

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

processos de enfrentamento que revigoraram a luta pela terra no estado, possibilitando diversas outras conquistas, principalmente nas décadas de 1990 e início dos anos 2000.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BORGES, Maria Eliza L. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

_____. Representação do Universo Rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*. n. 47, p. 303-326, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista Instituto Estudos Brasileiros*. n. 40, p. 69-90, 1996.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. Los movimientos sociales y la sociedad civil. In: *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de La cultura, 2000.

CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

_____. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Bracolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José J. de; Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços

ARNALDO JOSÉ ZANGELMI

(poucos) e derrotas (muitas). In: IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise – 17*. Brasília (DF), IPEA. (Vol. 2), 2009.

FERREIRA NETO, José Ambrósio. *Lideranças sindicais e ação coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA NETO, José Ambrósio; DOULA, Sheila Maria. *Assentamentos rurais: Organização, Mobilização e Imaginário Social*. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. *CUT: por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1991.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LERRER, Débora Franco. *Trajetórias de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LEVI, Giovanni, Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

LOERA, Nashieli Rangel. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

LOPES, João Marcos de Almeida. O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, p. 283-325, 2002.

MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política do Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

_____. (Org.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E CONFRONTOS NA LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES NO NORDESTE MINEIRO (1985-1997)

MEDEIROS, Leonilde S. de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Q.; DEL ROIO, Marcos. *História do Marxismo no Brasil*. V. 4 Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

MENEZES NETO, Antônio J. de. Participação e Educação: o caso das políticas sociais em Minas Gerais. *Educação e Filosofia*, n. 10, p. 155-167, 1996.

NEVES, Delma P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

POLETO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. n. 10. p. 200-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de julho de 1944]: mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

REVEL, Jacques P. In: LEVI, G. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemnote do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

SANTANA, Marco Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato de uma experiência com a memória operária. *História Oral*, n 3, p. 35-47, 2000.

SGRECIA, Alexandre; GADELHA, Edmar G. Movimento rural: 1970-85. In: POMPERMAYER, Malori J. (org.), *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo. E. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. *DADOS*, n. 1. p. 107-142, 2008.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*. n. 1, p. 255-280, 2005.

ARNALDO JOSÉ ZANGELMI

____. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n.58, p. 73-92, 2000.

SOUZA, João Valdir Alves de. *A Pedagogia do Catolicismo Libertador na Igreja de Araçuaí*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

ZANGELMI, Arnaldo J. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Recebido em: 05 de dezembro de 2016

Aceito em: 01 de fevereiro de 2017